



## Golpe continuado nos direitos trabalhistas

*Antes mesmo do golpe contra Dilma, em 2016, Villaverde já alertava, em Grande Expediente em abril de 2015, para os impactos danosos da terceirização contra os trabalhadores e cidadãos usuários dos serviços, contidos no PL 4330/2004, do deputado Sandro Mabel (PL-GO).*

*A demissão sumária de 326 funcionários do Hospital Mãe de Deus, na capital gaúcha, no dia 5, é emblemática. Causando desemprego, a direção do hospital optou pela terceirização, embutida na antirreforma trabalhista neoliberal de Temer.*

*Mas também afrontou a própria saúde, ao preterir o atendimento especializado, precarizando os serviços e colocando a vida dos pacientes em risco.*

*O Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (Sindesaúde RS) explica que foram atingidos os setores vitais de controle de infecções do HMD (leia mais em <https://bit.ly/2wNqX1g>)*



## Antes do golpe, deputado já alertava: Terceirização é retrocesso devastador para trabalhadores e para o país



**A** manifestar-se na sessão legislativa do dia 15 de abril de 2015, o deputado Adão Villaverde (PT) disse que a terceirização é um retrocesso devastador para os trabalhadores e também para o país ao envolver um contingente ativo estimado em 100 milhões de pessoas que ocupam postos de trabalho. Ocupou a tribuna durante o Grande Expediente Especial que informalmente integrou o calendário do Dia Nacional de Mobilização contra o PL 4330/ 2004 (de autoria do deputado federal Sandro Mabel - PL/GO) em votação na Câmara Federal em Brasília à época, e foi emblemático na ocupação das galerias por trabalhadores e sindicalistas lotando o Plenário da Assembleia Legislativa.

O parlamentar utilizou-se do expediente para apelar para reprovação do projeto que definiu como datado de 2004 mas ressuscitado e reaquecido agora por uma Câmara de Deputados extremamente conservadora. Também sugeriu aos deputados presentes que entrassem em contato com os parlamentares de seus partidos, em Brasília, solicitando que nesta tarde votassem contra o projeto de lei da terceirização, impedindo a desregulamentação que rasgar a CLT.

O deputado discorreu acerca da necessidade de avanços na qualidade de vida dos trabalhadores, após lembrar o novo país construído na última década com programas sociais, respeitada soberania e combate à corrupção que servem de referência para outros países. “O país que não se ajoelha mais diante do FMI não pode se vergar ao diagnóstico recessivo que levará o país obrigatoriamente ao retrocesso, per-

dendo o acúmulo em conquistas e direitos. Somos a favor da responsabilidade fiscal mas com responsabilidade social”, sentenciou.

Acentuando a necessidade de uma reforma política disse que é do mesmo modo urgente uma reformulação tributária, taxando grandes fortunas para evitar que os trabalhadores continuem pagando a conta dos ajustes.

Registrou que o projeto chamado de Lei Anticalote, que apresentou no Parlamento, é um mecanismo de defesa contra os males da terceirização nos órgãos dos poderes públicos do RS.

“A terceirização implica em desemprego, salários menores, maiores jornadas, mais acidentes de trabalho e riscos de desemprego diante de empresas que vão à falência sem compromisso algum com os contratados”, assinalou.

Para ele, se aprovada, a terceirização atingirá o mundo do trabalho com repercussão de precarização em todas as áreas, da saúde à educação, dos serviços à segurança. “A terceirização escraviza, mutila e mata, como vi alertado em um cartaz nas manifestações hoje”, ressaltou ele. “É o maior ataque às conquistas históricas dos trabalhadores desde a criação da CLT nos anos 70”.

Ao final, sob aplausos, Villaverde repetiu na tribuna o coro que tomou conta das galerias entoando o refrão “não, não, não à terceirização”. O presidente da Assembleia, Edson Brum (PMDB), que conduziu o início da sessão e o deputado Ronaldo Santini (PTB), que presidiu o GEE no final, afirmaram que “pessoalmente” são contra o PL 4330.

### STF aprova terceirização irrestrita

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em 30 de agosto, por 7 votos a 4, que é constitucional o emprego de terceirizados na atividades-fim das empresas.

Isso já era permitido desde o ano passado, quando o presidente Michel Temer sancionou a lei da reforma trabalhista tanto das chamadas atividades-meio (serviços de limpeza e segurança em uma empresa de informática, por exemplo) quanto das atividades-fim.

Mas havia um impasse em relação a 4 mil ações anteriores à lei da reforma trabalhista que questionavam entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em vigor desde 2011, segundo o qual era proibido terceirizar a atividade-fim. Agora, essas ações, que tramitam em várias instâncias da Justiça, deverão ter resultado definitivo favorável às empresas.

Para a maioria dos ministros do STF, a opção pela terceirização é um direito da empresa, que pode escolher o modelo mais conveniente de negócio em respeito ao princípio constitucional da livre iniciativa. Segundo a compreensão da maioria, a terceirização não leva à precarização nas relações de trabalho.

A decisão do Supremo foi tomada no julgamento de duas ações apresentadas por empresários e que pediam a derrubada das decisões do TST que proibiam a terceirização das atividades-fim.

No julgamento, os ministros do STF mantiveram um outro entendimento do TST - o de que a empresa que terceirizar será responsabilizada em caso de não pagamento de direitos trabalhistas pela empresa fornecedora da mão-de-obra.

O Supremo decidiu também que a decisão vale apenas para casos que tramitam atualmente na Justiça e que ainda estão pendentes de decisão ou recurso.

# Lei Kiss desrespeitada e mutilada

A tragédia do devastador incêndio no Museu Nacional no Rio de Janeiro, que reverberou no mundo inteiro, é um potente alerta para o governo gaúcho que não seguiu as recomendações da Lei Kiss original e sequer providenciou Planos de Prevenção contra Incêndios (PPCI) nos espaços culturais do RS, segundo revelou o jornal Metro na edição do dia 4.

Autor da legislação que foi construída no Legislativo após o incêndio da Boate Kiss, que matou 242 pessoas em Santa Maria, no 27 de janeiro de 2013, o deputado Adão Villaverde vem advertindo para os riscos que os gaúchos correm desde que a lei Kiss foi flexibilizada por decisão do executivo e da maioria dos deputados estaduais.

Para ele, a própria descaracterização da legislação de segurança e prevenção contra incêndios é resultado do sentimento que tenta eliminar más lembranças da memória, para evitar o compartilhamento da culpa de todos pela convivência com a omissão com que se trata o caso até hoje.

Na tribuna do Legislativo, Villaverde acentuou, repetida e recor-

Foto: Reprodução / GloboNews)



rentemente - mas em vão - sobre os graves riscos da flexibilização da Lei Kiss, que teve o rigor original abtido por emendas parlamentares. Sobre tudo a partir de pressões de setores, propondo excepcionalidades que legitimam o 'jeitinho', condenado na legislação anterior, pela defesa de interesses econômicos particularistas

ou mesmo inconfessáveis.

O deputado questiona, afinal, se o que importa mesmo, é a preservação da vida humana. Ou se, na verdade, ela vale menos que alguns metros quadrados de construções que revertem em tributos arrecadatários, lucros imobiliários ou ganhos de alguns.

*Para o deputado Adão Villaverde (PT), a destruição do Museu Nacional do Rio de Janeiro é uma tragédia anunciada. "Foram tirados apoios dos programas à museologia federal. Vários tiveram descontinuidade e recursos cortados em cerca de 60%". O parlamentar destaca que o prédio ainda não tinha Plano de Prevenção Contra Incêndios, "que alguns acham que tanto onera as edificações, mas que é fundamental para preservar não apenas o patrimônio, mas também vidas humanas. Depois vêm as lágrimas de crocodilo!"*

## ANPUH lança nota: "repúdio ao desprezo com que foi tratado o Museu Nacional nos últimos anos"

A Associação Nacional de História publicou, em sua página do Facebook, uma nota em que responsabiliza "todos os que deveriam ter preservado esta riqueza que agora está definitivamente perdida" pelo incêndio de grandes proporções que atinge o Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

"Quando um país desqualifica sua cultura, seu conhecimento e sua ciência. Quando se congela recursos para a ciência e a educação. Quando se despreza o passado, se compromete o futuro. A falta de recursos para a segurança,

para as reformas necessárias, já vinha sendo denunciada há muito tempo. Esta irresponsabilidade tem nome e endereço.", afirma a entidade.

Confira a íntegra da nota:

NOTA DA ANPUH

Um incêndio de enormes proporções está destruindo milhares de anos de história do Brasil e do mundo. O Museu Nacional está em chamas. Esta é uma perda irreparável. Quando um país desqualifica

sua cultura, seu conhecimento e sua ciência. Quando se congela recursos para a ciência e a educação. Quando se despreza o passado, se compromete o futuro. A falta de recursos para a segurança, para as reformas necessárias, já vinha sendo denunciada há muito tempo. Esta irresponsabilidade tem nome e endereço.

A ANPUH-Brasil manifesta seu repúdio ao desprezo com que foi tratado o Museu Nacional nos últimos anos e responsabiliza todos os que deveriam ter preservado esta riqueza que agora está definitivamente perdida.

## Livro-reportagem narra história de resistência das fundações estaduais

Chega às livrarias este mês uma minuciosa cobertura jornalística sobre o processo de extinção das fundações públicas estaduais, organizada no livro **Patrimônio Ameaçado**, com selo da JÁ Editores. O lançamento ocorre no dia 13 de setembro, a partir das 18h, no Parangolé Bar \*, em Porto Alegre.

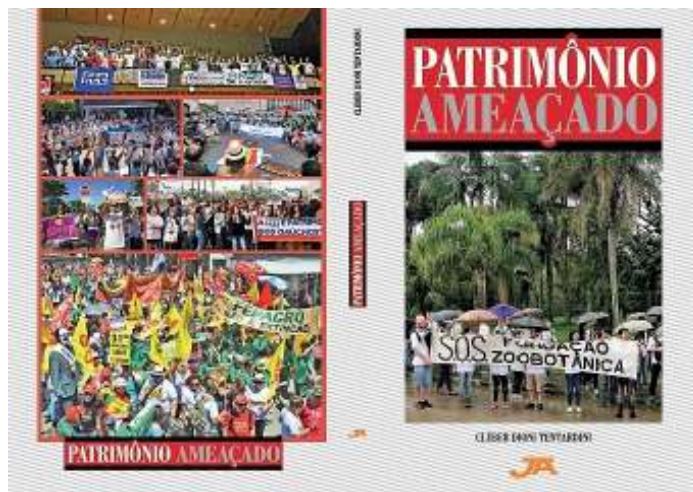
O jornalista Cleber Dioni Tentardini acompanhou durante três anos os movimentos de resistência que se mantêm e ainda questionam na Justiça a drástica decisão e a falta de argumentos razoáveis do governo Sartori para o encerramento das atividades de oito fundações estaduais e uma companhia - Cientec, Piratini, FEE, Metroplan, FZB, FDRH, Fepagro, Feeps e Corag.

O livro-reportagem traz entrevistas com dirigentes, servidores e comunidade intelectual, que alertam para as perdas imensuráveis com o fim de instituições que há mais de meio século prestam relevantes serviços aos governos e à população: o acervo e a experiência que se dispersam, as pesquisas que se truncam, as séries estatísticas que se perdem,

a produção de conhecimento que estanca.

A obra, de 200 páginas, muito bem ilustrada, conta um pouco da história de pioneirismo dessas instituições e mostra que a extinção pura e simples, feita de forma improvisada, com a distribuição de suas atribuições, serviços e funcionários estáveis para outros órgãos da administração direta, representa grave ameaça a um patrimônio público, material e imaterial, cujo valor é incalculável.

“Serão perdas que se incorporam a um período histórico de retrocessos, sem que se perceba claramente o quanto significam. Mais tarde, as novas gerações vão se dar conta de que houve um tempo sem rumo, em que andamos para trás”, afirma o editor, jornalista Elmar Bones.



A série jornalística que dá nome ao livro revela aos leitores detalhes das coleções científicas e o trabalho realizado nos diversos setores do Museu de Ciências Naturais, Jardim Botânico e Parque Zoológico, as três instituições vinculadas à Fundação Zoobotânica. Esse especial, publicado no site do jornal JÁ, desde agosto de 2015, conquistou quatro prêmios nos principais concursos jornalísticos do Estado em 2017.

### SEPARATA



## Publicação que registra Grande Expediente do deputado e discurso de Lula está disponível no gabinete

A manifestação do deputado Adão Villaverde na tribuna da Assembleia durante o Grande Expediente "Em tempos de obsessões obscurantistas e embrutecimentos conservadores, impõe-se reafirmar a democracia, a soberania e o combate às desigualdades", realizado no dia 15 de maio, está registrada em separata produzida pela bancada do PT no Parlamento gaúcho. Com 36 páginas, a publicação, que está disponível no gabinete do parlamentar (no 10º andar da Assembleia Legislativa, sala 1001) traz, ainda, o épico discurso do sempre presidente Lula no dia da sua injusta prisão, no dia 7 de abril.

# Energia elétrica do RS precisa superar atrasos. Antes tarde do que mais tarde\*

VICENTE RAUBER\*\*

No dia 17/8/18 o Palácio Piratini foi palco de um importante ato político: assinatura de acordo para que as obras de transmissão (transmissão atacadista, linhas e subestações) do chamado Lote A (4 blocos: A1; A2; A3 e A4) arrematadas pela Eletrobras/Eletrosul em Leilão Público em 2014, contrato assinado para conclusão em 2018, fossem repassadas a um consórcio predominantemente Chineses: A SPE (Sociedade de Propósito Específico) SZE, constituída por Shangai Electric (44%), Zhejiang Energy (28,5%) e Eletrosul (27,5% - valor correspondente aos investimentos já realizados).

O poder concedente, fiscalizador e operador de todas as atividades de energia (energia elétrica geradas em todas as suas modalidades), podendo realizá-los por concessão, é a União. No entanto, o Estado que não acompanha e interfere devidamente nestas atividades, acaba completamente secundarizado no contexto nacional. Inclusive é necessário um cuidado especial com nossa situação geográfica, a ponta sul dos sistemas nacionais de energia elétrica e gás natural. Frise-se aqui que os setores de energia e recursos minerais respondem por algo em torno de 1/3 do PIB do Estado e mais de 40% do ICMS.

**Pela primeira vez neste país uma recessão também colocou a demanda de energia elétrica em decréscimo em relação aos períodos anteriores**

Por que a Eletrosul não cumpriu com compromissos contratuais assumidos, após vencer os respectivos leilões? Diz a lei 8666/93, da Lei de Licitações, que o agente público participe de licitações quando tem a garantia do respectivo orçamento. Ocorre que o Governo Federal simplesmente puxou o “freio de mão” da maioria das obras em andamento.

Relembremos: Este evento de repassagem das obras da Eletrosul para os chineses, já foi realizado, no final

do ano passado, com toda pompa e circunstância no Palácio Piratini. Por que não rolou? Porque na hora de assinar o contrato de concessão, assumindo todos os deveres e direitos, junto à União, representada pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), os chineses não o fizeram. Diante do quadro de inadimplência que vinha se constituindo a ANEEL já planejava novo leilão para estas obras.

Os chineses agora apresentaram nova composição de sua SPE e então pretendem assumir estas obras. Tomaram que desta vez realmente cumpram. Antes tarde do que mais tarde!

Trata-se de um gigante bloco de obras: 1900 km de linhas de transmissões em 230 KV e 525 KV, 8 novas subestações e 14 novas subestações modernizadas. Atingem as aproximadamente dois terços das regiões do estado. Além da robustez que é necessária constituir ao sistema nestas regiões, que atingem amplamente desde o litoral, passando pela região metropolitana, todos o sul e oeste e até acima do centro do Estado. São hoje regiões prejudicadas porque não podem apresentar novos projetos de nova geração de energia elétrica (parques eólicos, térmicas a carvão mineral, gás natural, hidrelétricas, pequenas centrais termelétricas a casca de arroz e resíduos de madeira, pelo simples motivo de não haver como injetar a nova energia no SIN (Sistema Interligado Nacional de Energia Elétrica). Só este aspecto já fez com que o RS deixasse de participar de leilões de energia elétrica de aproximadamente R\$ 4,8 bilhões.

Além destas obras de transmissão há ainda uma outra grande quantidade de obras pendentes em nosso Estado, atrasadas, e para as quais também há que se exigir as devidas providências, Somando tudo chegamos à cifra aproximada de R\$ 5,0 bilhões em obras de transmissão pendentes, valor significativo para a geração de renda, empregos e impostos.

Outro grave aspecto pendente em nosso meio rural, que impede o seu

desenvolvimento, é a falta de redes elétricas capazes de atender potências acima de 5 cv (cavalos-vapor). As redes monofásicas atendem somente a demanda de luz e eletrodomésticos. É um problema que se arrasta há décadas. É necessário formatar, desenvolver e implantar um programa que atenda com “força elétrica o meio rural”.

Mas não é “privilégio” do RS ter

**Energia nada mais é o devido aproveitamento de recursos naturais para a promoção de desenvolvimento e qualidade de vida, além de representar uma significativa parcela de economia, capaz de gerar renda e qualificados postos de trabalho, além de impostos**

obras atrasadas de energia elétrica em nosso País. Temos sim uma situação crítica em nosso Estado, mas há atrasos significativos noutros estados. E por que o setor não está em colapso?

Simplesmente porque o País vive uma desgraça maior ainda: a brutal recessão que se abate em nosso País e Estado. Em todas as recessões anteriores, mesmo nas crises econômicas, havia uma redução da demanda de energia, mas ela continuava crescente. Pela primeira vez neste país uma recessão também colocou a demanda de energia elétrica em decréscimo em relação aos períodos anteriores.

Mas não é só na transmissão que temos sérios atrasos. Como já dissemos, novas obras de geração estão inviabilizadas pela falta de transmissão, num estado que produz somente 75% do seu consumo de energia elétrica.

Leia mais em <https://bit.ly/2Cmjo6M>

\*Artigo publicado no jornal Sul21 em 31 de agosto de 2018

\*\*Ex-CEO e ex-conselheiro de administração da CEEE e CFO da Alberto Pasqualini S.A.